

**(aprendendo) Direitos Humanos
com Boletins do Fórum Intersindical**

[Boletim Informativo nº 52, dezembro 2019, Artigo do mês]

Trabalho E... Emancipação (III)*Eguimar Felício Chaveira**Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos*

A pergunta é simples, tão simples como necessária: quem é ou deve ser o responsável pela emancipação dos trabalhadores? Nesta mesma direção, outras perguntas deverão ser feitas: será que o Estado burguês, por meio das políticas públicas, ou do sistema jurídico, aliado ao sistema policial, promoverá a libertação dos trabalhadores? Hoje, de acordo com o imaginário e a cultura dominantes, poder-se-ia interrogar: o mercado e o seu ente essencial - o consumo - podem ser responsáveis pela libertação das grades da pobreza, da desigualdade social, da violência contra os trabalhadores? Convém também, com os pés na atualidade, questionar se padres, pastores, gurus, terapeutas esotéricos, *coaches*, ou signatários do empreendedorismo, conseguem, concretamente, ser aliados dos trabalhadores ou de seus opressores. A resposta provável é que todos são acrobatas do ambíguo. Essas interrogações apimentam o debate contemporâneo que envolve diretamente o lugar do trabalhador na sociedade capitalista que, agora, em escala mundializada, vê-se, além de aliado do emprego, da segurança e dos direitos previdenciários, chamado a desistir das lutas sindicais, dos movimentos sociais, dos partidos políticos ou de agremiações que intentam e sonham com outro tipo de sociedade.

Vê-se desprovido, em sua consciência ou em ilusória aparência, da sua maior condição de trabalhador: o reconhecimento de ser ... trabalhador. O chamado à desistência da luta é a peça principal da manutenção da exploração. A resposta provável é que ao perder sua identidade enquanto trabalhador, perde sua identidade com o mundo. Hoje é comum, por exemplo, a disseminação da ideia de que o trabalho não é mais o portador da emancipação e, portanto, os trabalhadores, assim como a referência de sua classe social, não são mais fundamentais para falar da opressão, da dominação, da subjugação. Muitos discursos justificam essa posição afirmando que os serviços, a informalidade e a diversificação do tecido social, bem como o consumo dirigido, a desindustrialização, o rentismo - e outras características do capitalismo atual - foram responsáveis por retirar o trabalho da posição de "cimento identitário das lutas emancipatórias".

As identidades de gênero, raça, etnia, sexualidade, juvenis - e outras -, de inestimável força de combate pelos direitos humanos, dão a impressão, no tom do argumento, que não veem o trabalho como fonte emancipatória e, portanto, não veem a questão de classe social fundamentada na relação capital-trabalho. Muito porque o trabalho assalariado perdeu e está perdendo a centralidade no tecido social. Assim, o lema seminal - trabalhadores do mundo todo, uni-vos! - cai por terra; cai por terra também, nessa ordem discursiva e ideológica, coadjuvante da globalização econômica, a ideia de que o trabalhador não possui pátria. Sai a condição de construção da pátria. Entra a criação de multidões de párias.

Nesse quadro, teorias explicativas e contra-hegemônicas como as da alienação, do fetiche da mercadoria, da individualização, da cultura narcísica do corpo, da hegemonia e da dominação, entre tantas, são deixadas para trás. O plantel de argumentos que insinua a necessidade de os trabalhadores desistirem da luta continua: dizem que as lutas sociais, por se ramificarem e por se dispersarem num gigante atomismo social, não têm sentido. Claro, incluindo-se aí a luta social dos trabalhadores. E se já não têm mais sentido vale responsabilizar o trabalhador por seu "fracasso". Nesse caso não há indagação, só resposta: a opressão do capital sobre o trabalho logra sua apoteose vitoriosa - o capital não oprime, é o trabalho que fracassa -. No âmago de um liberalismo, multiorgâsmico, furioso, avassalador, destemperado, no mais das vezes com apelo religioso, convém apresentar às legiões desesperadas um apelo moral, responsabilizando os trabalhadores pelo autocontrole do emprego, de sua formação, de sua vida e, claro!: de seu fracasso. Quase se pode dizer, no idioma liberal contemporâneo, que a luta de classes se extinguiu porque o trabalhador não existe mais. Ora, se o trabalho não é referência, se não há divergência de classe, se não há conflito, então está tudo resolvido, A VIDA É BELA! Resposta? O conflito se transfere à esfera pessoal, diálogos se transformam em lutas sangrentas de ódio, feminicídios aumentam, racismos aumentam, homofobias aumentam, intolerâncias religiosas aumentam, xenofobias aumentam. Sem se ter indagado, por que então a resposta de um conservadorismo medieval que invoca a família, a religião, a pátria? Simples. A evolução humana alicerçou-se na civilização do trabalho, especialmente após a Revolução Industrial, quando ao se delimitar a hegemonia do capital sobre o trabalho, o esforço em busca de um equilíbrio nas contradições de classe, de algum modo, criou a era do direito dos trabalhadores. É bem verdade que, nas sociedades capitalistas, o direito conquistado pelos trabalhadores sempre ficou aquém de seus legítimos direitos. Todavia, a luta incessante por direitos, a partir do trabalho, gradualmente impulsionou o processo civilizatório. Diante de uma história humana em que a escravidão e a servidão imperaram, o conflito de classe passo a passo, por razões de ética e de maioria dos oprimidos caminhava para, quem sabe, uma sociedade sem classe, mais justa. Ocorre que o neo-liberalismo (cujo prefixo neo é uma suavização de mais cruel) gerou, como era de se esperar, outros neos... Neo-evangelismos, neo-fascismos, neo-nazismos, neo-emprendedorismos, neo-ódios, neomundos sem perspectivas éticas e humanitárias visíveis. O requinte dessas ideologias se estende em dizer que não existe mais ideologia. Pausa!

Vive-se hoje o enriquecimento vultoso dos monopólios, dos conglomerados; aumentam a desigualdade social, a violência e a pobreza; crescem a fome e a miséria; extinguem-se espécies da flora e da fauna; ocorrem diariamente milhares de mortes no trânsito; crescem os acidentes de trabalho, do mesmo modo que a construção de mansões, de resorts e hotéis luxuosos; privatizam-se praias, rios, florestas; mercantilizam-se o vento, a água, o solo, o subsolo, as ondas. Exige-se que os países expandam a sua economia mesmo custando a degradação da vida, principalmente de quem? ... dos trabalhadores....



Voltemos ao assunto. Ora, o pedido de desistência do trabalhador, como sujeito de sua emancipação, ganha peso com a pregação de sucesso individual. Por isso é que no plano da construção ideológica, vendem-se esperanças, criam-se teologias da prosperidade, fazem acrobacias metafísicas para o trabalhador desacreditar da história, da totalidade social e da própria exploração, como um dado concreto e implacável do capitalismo. Nessa arena também os trabalhadores que possuem empregos, vigiados, manipulados e controlados, são obrigados a entrar num regime enlouquecedor de competição com o par. Prêmios, fotos nas paredes dos postos de trabalho, mudança semântica de trabalhador para colaborador, por exemplo, promessas de viagens, organização de festas empresariais, seduções ostensivas de acumular cada vez mais, competição eliminatória do outro, geram esquemas de culpabilização. Essa culpa possui um extrato repetido: os trabalhadores não possuem qualificação suficiente; não sabem empreender, não oram ou não se esforçam; não são inteligentes e capazes. Culpar o trabalhador é uma tática das empresas; e retirar o trabalho como alavanca de emancipação é outra. Ambas são importantíssimas para o sistema perpetuar a exploração. Não deixar o trabalhador pensar como trabalhador extraíndo o trabalho como um operador de vida é o centro dessa triste operação. Mas o trabalho insiste em mostrar-se como concreto histórico: quanto mais desempregados mais gente mora nas ruas, mais violência há; quanto mais desigualdade social mais conflitos eclodem. Melhor para os que lucram com a miséria e a violência: mais vendas para a bilionária indústria da segurança e das milícias. Outra tática das empresas reside em constituir climas afetivos mantendo a exploração e os salários baixos. Por conseguinte, gerar pressão social e culpabilização moral pelo insucesso; induzir ao adoecimento e retirar os direitos; fazer o trabalhador levar tarefas para a casa, eliminando a fronteira entre a sua vida particular e a empresa; criar estratégias de gerar consumo no seu tempo livre e infundir a auto-exploração ao máximo parecem validar que quem luta pela justiça desconsidera o trabalho como fonte de “emancipação pela via da riqueza”. Trabalho como emancipação implica nas lutas de gênero, de raça, de etnia ou de qualquer outra que enfrente qualquer tipo de opressão. Não se vive numa sociedade complexa em que componentes do corpo, da cultura, da esfera simbólica e da natureza não devam ser considerados nas lutas, nas pautas organizativas, nas táticas de vida que, conforme Miguel Arroyo devem criar “espaços de viver”. Ao contrário: as mudanças sociais que sedimentam a sociedade mundializada requisitam alteração nas formas de luta; requisitam aglutinar todas as lutas dispondo-as contra toda forma de opressão, seja em forma de preconceito, escravização, silenciamento, subalternização. Interpretar as contradições sociais, discernir as ideologias vigentes, organizar a luta e criar espaços de viver são nutrientes da emancipação.

O trabalhador produz o mundo pelo trabalho - isso não pode ser esquecido em nenhum gesto -. E nunca se deve esquecer, parodiando a poetisa Angela Barbosa, que dizia que a vida é um luxo, que luxuoso é lutar, resistir, juntar os movimentos que, por serem oprimidos em suas solidões, ainda não conseguiram se juntar na única coisa que os une em busca da emancipação: o trabalho.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.